

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 4.082.949 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 45.538.110 mil, Ativos Totais de R\$ 48.391.256 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1%

do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Em 2020 a Companhia deliberou aos acionistas o montante de R\$ 1.348.577 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 25 de março de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
ATIVO	2020	2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	2019
CIRCULANTE	1.412.350	1.459.977	CIRCULANTE	1.126.962	41.775
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	302.903	113.137	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 19h).....	3.899	4.655
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8)	319.696	151.856	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 18a)	1.054.287	14.235
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	-	1.033.520	Outras Obrigações	6.450	2.163
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber (Nota 18a).....	789.358	161.071	Passivos Financeiros (Nota 13).....	62.326	20.722
Outros Créditos	393	393	NÃO CIRCULANTE	1.726.184	1.547.892
NÃO CIRCULANTE	46.978.906	42.720.569	Provisão para Impostos e Contribuições (Nota 19e).....	137.555	113.520
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	1.748.425	871.367	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 12b)	1.588.629	1.434.372
Valores a Receber (Nota 10)	828.096	805.794	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	45.538.110	42.590.879
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19g)	1.424.951	1.281.039	Capital Social.....	22.000.000	22.000.000
Depósitos Judiciais (Nota 12b).....	1.476.833	1.293.975	Reservas de Lucros (Nota 14d).....	20.820.801	18.086.429
Créditos Tributários (Nota 19c).....	552.592	479.448	Outros Resultados Abrangentes.....	2.717.309	2.504.450
Investimentos (Nota 11)	40.948.009	37.988.946			
TOTAL	48.391.256	44.180.546	TOTAL	48.391.256	44.180.546

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS.....	Exercícios findos em 31 de dezembro		Reservas de Lucros						
	2020	2019	Estatutária		Estatutária		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
	2020	2019	Capital Social	Legal	para Aumento de Capital	para Pagamento de Dividendos			
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11)	3.950.169	5.194.039	Eventos						
Despesas Tributárias (Nota 15).....	4.121.270	4.940.369	Saldos em 31 de dezembro de 2018	22.000.000	1.487.300	18.206.663	85.526	1.086.450	-
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16).....	(129.131)	(186.080)	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	5.189.761	5.189.761
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	3.950.169	5.194.039	Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	1.418.000	-	1.418.000
RESULTADO FINANCEIRO	118.057	462.196	Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras (Nota 17)	272.593	584.051	Cancelamento de Ações.....	-	-	(1.655.662)	-	-	(1.655.662)
Despesas Financeiras (Nota 17)	(154.536)	(121.855)	Deliberação de Dividendos	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.068.226	5.656.235	Extraordinários com Reservas	-	-	(3.194.000)	-	-	(3.194.000)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	14.723	(4.278)	Destinações - Reservas	-	259.488	2.897.114	-	(3.156.602)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.082.949	5.189.761	- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(2.033.159)	(2.033.159)
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação)	0,52	0,66	Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.000.000	1.746.788	16.254.115	85.526	2.504.450	-
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 14b).....	0,52	0,66	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	4.082.949	4.082.949

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais						
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro						
	2020	2019	2020		2019				
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2019
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.068.226	5.194.039	Lucro Líquido	4.082.949	5.189.761				
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.121.270)	(4.940.369)				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.121.270)	(4.940.369)	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras	12.424	(222.873)				
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras	12.424	(222.873)	Lucro Líquido Ajustado	(40.620)	30.797				
Lucro Líquido Ajustado	(40.620)	30.797	(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros	43.974	2.999.196				
(Aumento)/Redução em Outros Ativos e Outras Obrigações	(146.389)	(425.623)	(Aumento)/Redução em Outros Ativos e Outras Obrigações	(146.389)	(425.623)				
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(54.467)	(118.896)	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(54.467)	(118.896)				
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(197.502)	2.485.474	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(197.502)	2.485.474				
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:						
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	551.533	4.054.763	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	551.533	4.054.763				
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	551.533	4.054.763	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	551.533	4.054.763				
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:						
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(177.919)	(6.604.628)	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(177.919)	(6.604.628)				
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(177.919)	(6.604.628)	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(177.919)	(6.604.628)				
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	176.112	(64.391)	Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	176.112	(64.391)				
Início do Exercício	113.137	174.622	Início do Exercício	113.137	174.622				
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	13.654	2.906	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	13.654	2.906				
Fim do Exercício	302.903	113.137	Fim do Exercício	302.903	113.137				
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	176.112	(64.391)	Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	176.112	(64.391)				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente - Em Milhares de Reais			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019	2020	2019
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(177.919)	(6.604.628)		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(177.919)	(6.604.628)		
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	176.112	(64.391)		
Início do Exercício	113.137	174.622		
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	13.654	2.906		
Fim do Exercício	302.903	113.137		
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	176.112	(64.391)		
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.	

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	19
BRADESPAR SA	8
CIDADE DE DEUS CIA. COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES	13
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	2
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.	16
TITANIUM HOLDINGS S.A.	6

...continuação

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo CPC, via Deliberação CVM nº 859 de 07 de julho de 2020. Conforme este documento, o arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, decorrente diretamente da pandemia da Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento, caso atenda as seguintes condições:

A contraprestação alterada para o arrendamento é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;

Qualquer redução nos pagamentos afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e

Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações.

Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15, referente aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, via Deliberação CVM nº 854 de 24 de abril de 2020. Tratam-se de alterações nas normas citadas, em razão das incertezas originadas pelo projeto de reforma da IBOR (*Interbank Offer Rate*) que podem impactar as relações de *hedge accounting*. As alterações visam minimizar tais impactos e são efetivas para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2020. Não foram identificados impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

IFRS 17 - Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. O modelo geral do IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor estimado é então remensurado a cada data-base. O lucro não realizado (correspondente à margem contratual do serviço) é reconhecido ao longo do prazo da cobertura contratada. À parte desse modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma ainda na fase de diagnóstico.

Foi aprovado o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, via Resolução CVM nº 18 de 11 de fevereiro de 2021. Este documento apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR) - Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa compatível, sem desreconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) Reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de *hedge accounting*, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entra em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes da Fase II.

11) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro

	2020	2019
Depósito bancário (1)	164.232	109.749
Fundos de investimentos financeiros (2)	138.671	3.388
Total	302.903	113.137

(1) No país e no exterior; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

8) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Referem-se, basicamente, a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitido pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 310.264 (2019 - R\$ 133.085) com vencimento em dezembro de 2021 e 2022, sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

9) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Bradesco acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 1.748.425 (2019 - R\$ 1.904.887), sendo o valor de custo atualizado R\$ 1.759.615 (2019 - R\$ 1.909.002), e uma marcação a mercado de R\$ (11.190) (2019 - R\$ (4.115)), com vencimento em fevereiro de 2022 e 2023.

10) VALORES A RECEBER

Em 31 de dezembro

	2020	2019
Não circulante		
Contratos de mútuo (1)	828.096	805.794
Total	828.096	805.794

(1) Contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2024.

18) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos										
Caixa/Disponibilidades	-	-	7.329	-	-	-	156.903	109.749	164.232	109.749
Aplicações financeiras	-	-	2.058.689	2.037.972	-	-	9.432	18.771	2.068.121	2.056.743
Valores a receber de ligadas	828.096	805.794	-	-	-	-	-	-	828.096	805.794
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	789.358	161.071	-	-	-	-	789.358	161.071
Passivos										
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	62.326	20.722	-	-	-	-	62.326	20.722
Juros sobre capital próprio a pagar	889.276	11.997	-	-	165.011	2.238	-	-	1.054.287	14.235
	Exercícios findos em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receitas/(Despesas) de juros/outras	22.302	45.378	(41.605)	178.748	-	-	36.635	4.956	17.332	229.082
Receitas/(Despesas) de juros sobre capital próprio	(1.124.191)	(1.692.563)	1.332.766	1.785.960	(224.387)	(340.596)	-	-	(15.812)	(247.199)
Receitas/(Despesas) de aplicação	-	-	58.637	144.334	-	-	1.184	3.811	59.821	148.145

(1) Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus") e Fundação Bradesco ("Fundação");
(2) Bradesco, Bradespar, NCF e Titanium; e
(3) Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman Branch ("Bradesco Cayman").

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.
- Para 2020, foi determinado o valor máximo de R\$ 27.120 para remuneração dos Administradores e de R\$ 26.050 para custear planos de previdência privada complementar.

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
	2020	2019
Remuneração e contribuição previdenciária para o INSS	16.570	10.636
Total	16.570	10.636

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
	2020	2019
Planos de previdência complementar de contribuição definida	24.760	7.749
Total	24.760	7.749

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
	2020	2019
Depósito bancário (1)	164.232	109.749
Fundos de investimentos financeiros (2)	138.671	3.388
Total	302.903	113.137

(1) No país e no exterior; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

8) AT

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 1.999.925 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 24.600.237 mil,

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2020	2019
ATIVO		
CIRCULANTE.....	1.057.070	569.417
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	30.055	2.574
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8).....	540.948	558.399
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 19a).....	485.889	8.267
Valores a Receber (Nota 10).....	178	177
NÃO CIRCULANTE.....	26.202.575	24.497.473
Realizável a Longo Prazo.....	3.808.899	3.561.267
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	512.375	499.374
Valores a Receber (Nota 10).....	1.618.880	1.402.331
Depósitos Judiciais (Nota 13b).....	778.434	669.419
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 20f).....	608.223	724.510
Créditos Tributários (Nota 20c).....	290.987	265.633
INVESTIMENTOS.....	22.393.676	20.936.206
TOTAL.....	27.259.645	25.066.890

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS.....	1.989.035	2.612.978
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11).....	1.993.004	2.644.135
Resultado Financeiro (Nota 18).....	56.955	71.898
Receitas Diversas (Nota 17).....	4.566	-
Despesas Tributárias (Nota 15).....	(65.301)	(99.077)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16).....	(189)	(3.978)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO.....	1.989.035	2.612.978
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20).....	10.890	10.063
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	1.999.925	2.623.041
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 14b).....	2,75	3,75
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 14b).....	2,75	3,75

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	1.989.035	2.612.978
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(1.993.004)	(2.644.135)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....	(56.809)	(43.639)
Provisão para Obrigações Legais.....	65.284	98.857
Lucro Líquido Ajustado.....	4.506	24.061
(Aumento)/Redução Ativos a Valor Justo por Meio de Resultado.....	31.920	(543.585)
(Aumento) em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	-	(500.482)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	101.060	(78.201)
(Redução) em Obrigações.....	(142)	(718)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(21.236)	(33.396)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais.....	116.654	(1.132.321)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aumento de Capital.....	-	(3.090)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	86.827	3.061.576
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos.....	86.827	3.058.486
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Contrato de Mútuo.....	(176.000)	(349)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	-	(1.932.784)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos.....	(176.000)	(1.933.133)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	27.481	(6.968)
Início do Exercício.....	2.574	9.542
Fim do Exercício.....	30.055	2.574
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	27.481	(6.968)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de março de 2021.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis, estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas, são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminadas na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas, com influência significativa e coligadas estão apresentados na Nota 11.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2020 e de 2019, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 13.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.

(h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Para créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

11) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro									
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social (%)	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		2020	2019	2020	2019
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") (1) (3).....	22.000.000	45.538.110	4.082.949	3.758.724	-	47,93	21.826.839	20.397.076	1.956.326	2.601.417
Bradespar (1) (4) (5) (7).....	4.100.000	11.254.811	1.467.052	1.675	-	0,48	54.167	46.014	6.863	(2.078)
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1).....	336.100	581.952	14.715	49.488	-	50,00	290.976	290.619	7.357	15.819
NCF Participações S.A. ("NCF") (1) (5).....	8.914.795	15.245.556	1.012.390	2.522	-	0,08	12.060	11.432	789	744
Bradesco (1) (4) (5).....	79.100.000	146.244.752	15.836.862	12.319	-	0,14	203.112	188.245	21.669	28.233
Ágio - Bradespar (6).....	-	-	-	-	-	-	2.820	2.820	-	-
Ágio - Cidade de Deus (6).....	-	-	-	-	-	-	3.702	-	-	-
TOTAL.....				22.393.676	20.936.206		1.993.004	2.644.135		

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (22,66%) e na Bradespar (12,98%);

(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco em 09 de março de 2021;

(5) A Bradespar foi divulgada em 25 de março de 2021;

(6) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida;

(7) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e

(8) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

Ativos Totais de R\$ 27.259.645 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 690.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 25 de março de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2020	2019
CIRCULANTE.....	664.586	3.757
Impostos e Contribuições a Recolher.....	-	3.368
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 14e).....	664.336	-
Outras Obrigações (Nota 12).....	250	389
NÃO CIRCULANTE.....	1.994.822	1.879.615
Provisão para Impostos e Contribuições (Nota 20e).....	53.150	46.964
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 13b).....	831.549	752.425
Outras Obrigações (Nota 12).....	1.110.123	1.080.226
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	24.600.237	23.183.518
Capital Social (Nota 14a).....	11.956.580	11.956.580
Reservas de Lucros (Nota 14d).....	11.310.542	10.000.617
Outros Resultados Abrangentes.....	1.333.115	1.226.321
TOTAL.....	27.259.645	25.066.890

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Eventos					
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	10.400.000	613.284	9.399.292	514.870	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	2.623.041
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	711.451	-
Resultados Abrangentes do Exercício.....	-	-	-	-	3.334.492
Aumento de Capital por Subscrição (Nota 14a).....	1.556.580	-	-	-	1.556.580
Destinações: - Reservas.....	-	131.152	1.491.889	-	(1.623.041)
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	(1.000.000)	(1.000.000)
- Dividendos.....	-	-	(1.635.000)	-	(1.635.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	11.956.580	744.436	9.256.181	1.226.321	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	1.999.925
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	106.794	-
Resultados Abrangentes do Exercício.....	-	-	-	-	2.106.719
Destinações: - Reservas.....	-	99.996	1.209.929	-	(1.309.925)
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	(690.000)	(690.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	11.956.580	844.432	10.466.110	1.333.115	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício.....	1.999.925	2.623.041
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	106.794	711.451
Resultado Abrangente do Exercício.....	2.106.719	3.334.492

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 20.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

ii) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 21.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuír aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotas não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

• a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorrerem antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e

• a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020:

• *Conceptual Framework* (Estrutura Conceitual) - Ocorreram algumas alterações em definições contábeis neste documento, com destaque para a definição de ativos e passivos. A revisão do *Conceptual Framework* entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020 e não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis da Companhia.

• Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo CPC, via Deliberação CVM nº 859 de 07 de julho de 2020. Conforme este documento, o arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, decorrente diretamente da pandemia da Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento, caso atenda as seguintes condições:

• A contraprestação alterada para o arrendamento é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração.

• Qualquer redução nos pagamentos afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e

• Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações.

• Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15, referente aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, via Deliberação CVM nº 854 de 24 de abril de 2020. Tratam-se de alterações nas normas citadas, em razão das incertezas originadas pelo projeto de reforma da IBOR (*Interbank Offer Rate*) que podem impactar as relações de *hedge accounting*. As alterações visam minimizar tais impactos e são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. Não foram identificados impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

• IFRS 17 - Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. O modelo gerado pela IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo, e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor estimado é então remensurado a cada data-base. O lucro não realizado (correspondente à margem contratual do serviço) é reconhecido ao longo do prazo da cobertura contratada. A parte desse modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma ainda na fase de diagnóstico.

• Foi aprovado o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, via Resolução CVM nº 18 de 11 de fevereiro de 2021. Este documento apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR) - Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa compatível, sem desconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) Reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de *hedge accounting*, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entra em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes da Fase II.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Depósito bancário.....	5	5
Fundos de investimentos financeiros (1).....	30.050	2.569
Total.....	30.055	2.574

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

8) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 540.948 (2019 - R\$ 558.399), com vencimento em dezembro de 2021 e 2022, sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

9) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Bradesco acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI. No ativo não circulante, no montante de R\$ 512.375 (2019 - R\$ 499.374), sendo o valor de custo atualizado R\$ 514.994 (2019 - R\$ 500.482), e uma marcação a mercado de R\$ (2.619) (2019 - R\$ (1.108)), com vencimento em fevereiro de 2022.

10) VALORES A RECEBER

Referem-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 1.618.880 (2019 - R\$ 1.402.331) com vencimento em março de 2024.

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 4.082.949 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 45.538.110 mil, Ativos Totais de R\$ 48.391.256 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme

previsto em seu estatuto social. Em 2020 a Companhia deliberou aos acionistas o montante de R\$ 1.348.577 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 25 de março de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2020	2019		2020	2019
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	1.412.350	1.459.977	CIRCULANTE	1.126.962	41.775
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	302.903	113.137	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 19h).....	3.899	4.655
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8)	319.696	151.856	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 18a)	1.054.287	14.235
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	-	1.033.520	Outras Obrigações	6.450	2.163
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber (Nota 18a).....	789.358	161.071	Passivos Financeiros (Nota 13).....	62.326	20.722
Outros Créditos	393	393	NÃO CIRCULANTE	1.726.184	1.547.892
NÃO CIRCULANTE	46.978.906	42.720.569	Provisão para Impostos e Contribuições (Nota 19e).....	137.555	113.520
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	1.748.425	871.367	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 12b)	1.588.629	1.434.372
Valores a Receber (Nota 10)	828.096	805.794	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	45.538.110	42.590.879
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19g)	1.424.951	1.281.039	Capital Social	22.000.000	22.000.000
Depósitos Judiciais (Nota 12b)	1.476.833	1.293.975	Reservas de Lucros (Nota 14d)	20.820.801	18.086.429
Créditos Tributários (Nota 19c).....	552.592	479.448	Outros Resultados Abrangentes.....	2.717.309	2.504.450
Investimentos (Nota 11)	40.948.009	37.988.946			
TOTAL	48.391.256	44.180.546	TOTAL	48.391.256	44.180.546

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	3.950.169	5.194.039
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11)	4.121.270	4.940.369
Despesas Tributárias (Nota 15).....	(129.131)	(186.080)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16)	(41.970)	(22.446)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	3.950.169	5.194.039
RESULTADO FINANCEIRO	118.057	462.196
Receitas Financeiras (Nota 17)	272.593	584.051
Despesas Financeiras (Nota 17)	(154.536)	(121.855)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.068.226	5.656.235
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	14.723	(4.278)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.082.949	5.189.761

Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas

(expresso em R\$ por ação)

Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 14b)	0,52	0,66
--	------	------

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.068.226	5.194.039
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.121.270)	(4.940.369)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras	12.424	(222.873)
Lucro Líquido Ajustado	(40.620)	30.797
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros	43.974	2.999.196
(Aumento)/Redução em Outros Ativos e Outras Obrigações	(146.389)	(425.623)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(54.467)	(118.896)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(197.502)	2.485.474
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	551.533	4.054.763
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	551.533	4.054.763
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(177.919)	(6.604.628)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(177.919)	(6.604.628)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	176.112	(64.391)
Início do Exercício	113.137	174.622
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	13.654	2.906
Fim do Exercício	302.903	113.137
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	176.112	(64.391)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)		
1) CONTEXTO OPERACIONAL		
A Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.		
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de março de 2021.		
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.		
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.		
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS		
a) Moeda funcional e de apresentação		
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.		
b) Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.		
c) Instrumentos financeiros		
(i) Classificação dos ativos financeiros		
A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.		
O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).		
• Mensurados ao custo amortizado		
São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI (<i>Solely Payment of Principal and Interest</i>), cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.		
Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.		
• Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)		
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.		
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, ativos que não atendem ao teste SPPI (<i>Solely Payment of Principal and Interest</i>). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.		
Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.		
• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.		
(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado		
O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.		
(iii) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)		
Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição da Companhia, no sentido de administrar suas posições. As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido.		
Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos de exposições em moedas, índices, preços, taxas ou indexadores, são considerados como instrumentos de proteção (<i>hedge</i>), cujo os objetivos são: (i) controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes; (ii) alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e (iii) reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.		
d) Investimentos		
Os investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (<i>impairment</i>) do ativo transferido. A composição dos investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas estão apresentados na Nota 11.		
Ágio (Goodwill)		
O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.		
e) Redução ao valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)		
A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por <i>impairment</i> . Nos exercícios de 2020 e de 2019, não houve perda por <i>impairment</i> .		
f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais		
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:		
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;		
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;		
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e		
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.		
O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, esta apresentada na Nota 12.		
g) Patrimônio líquido		
(i) Lucro por ação		
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.		
(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos		
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada para eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.		
h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)		
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.		
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		
---	--	--

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Reservas de Lucros					
	Capital Social	Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2018	22.000.000	1.487.300	18.206.663	85.526	1.086.450	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	5.189.761
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	1.418.000	-
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	6.607.761
Cancelamento de Ações	-	-	(1.655.662)	-	-	-
Deliberação de Dividendos	-	-	-	-	-	-
Extraordinários com Reservas	-	-	(3.194.000)	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	259.488	2.897.114	-	-	(3.156.602)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.033.159)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.000.000	1.746.788	16.254.115	85.526	2.504.450	42.590.879
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	4.082.949
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	212.859	-
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	4.295.808
Cancelamento de Ações	-	-	-	-	-	-
Deliberação de Dividendos	-	-	-	-	-	-
Extraordinários com Reservas	-	-	-	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	204.147	2.530.225	-	-	(2.734.372)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.348.577)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	22.000.000	1.950.935	18.784.340	85.526	2.717.309	45.538.110

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2020	2019			
Lucro Líquido	4.082.949	5.189.761			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	212.859	1.418.000			
Total do Resultado Abrangente	4.295.808	6.607.761			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 19.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem e simultaneamente e se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 20.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuem dependa da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa referir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotas não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a

